



**UFSM**

**Artigo Monográfico de Especialização**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA**

---

**Kátia Rosane Machado**

**ENCRUZILHADA DO SUL, RS, Brasil.  
2010**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

---

por

**KÁTIA ROSANE MACHADO**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**ENCRUZILHADA DO SUL, RS, Brasil.  
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Educação**  
**Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e**  
**Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização.

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA EDUCAÇÃO**  
**INCLUSIVA**

Elaborado por  
**KÁTIA ROSANE MACHADO**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de***  
***Surdos***

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Fabiane Romano de Souza Bridi**  
(Presidente/Orientador)

---

**Luciana Dalla Nora**

---

**Sandra Rasador**

ENCRUZILHADA DO SUL, RS, Brasil.  
2010

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço...

- a Deus, cuja fé me guiou em todos os momentos desta caminhada;
- ao meu filho Leonardo, pela compreensão por ter sido, tantas vezes, privado da minha companhia;
- aos meus pais Nerci e Lêda pelo incentivo, dedicação, ensinamentos e apoio em todos os momentos;
- ao meu irmão Fábio, sempre tão presente na minha vida;
- ao meu namorado Christian pelo apoio, carinho e dedicação;
- a todos os amigos, cujo apoio e incentivo serviram de impulso para a realização deste trabalho;
- à UFSM, por haver proporcionado este Curso de Especialização.

"Mas, não bastará assentar solidamente um sistema e acusar-lhe nitidamente as diretrizes, para que esse sistema, ainda que aparelhado dos meios econômicos necessários, possa realizar os fins a que se destinou. A chave de todas as questões educacionais está na formação do magistério, que domina o panorama das instituições escolares, entorpecendo-as na inércia, ou fazendo passar por elas o sopro da vida, anulando-as sob o peso da rotina ou rasgando-lhe novas perspectivas. Se pode tornar, pela sua preparação, uma força propulsora, para acelerar o ritmo das transformações pedagógicas, torna-se também freqüentemente, pela falta de cultura, o freio que detém subitamente ou paralisa aos poucos todas as iniciativas inovadoras".

Fernando de Azevedo

## **RESUMO**

Artigo de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

AUTORA: KÁTIA ROSANE MACHADO

ORIENTADOR: FABIANE ROMANO DE SOUZA BRIDI

ENCRUZILHADA DO SUL – RS

A inclusão educacional vem acontecendo sem um planejamento sistêmico, que vai muito além da sala de aula. Esqueceu-se que o paradigma da inclusão educacional define que as escolas precisam ser repensadas e reorganizadas a fim de acolher todos os aspectos da diversidade humana. Normalmente, estamos habituados e fomos preparados para trabalharmos com alunos ditos “normais”; a inclusão destes alunos na rede regular de ensino consiste em uma mudança na base curricular dando oportunidades no decorrer do processo educacional, tais como a utilização de auxílios e serviços especiais, geralmente não disponíveis no cotidiano da escola. Esta pesquisa tem como objetivo identificar as dificuldades encontradas pelos professores, a fim de desenvolver uma educação inclusiva. Para isto foi realizada uma entrevista com quatro professores que trabalham com alunos incluídos, nas séries finais do ensino fundamental da rede estadual de ensino. Na busca por respostas ao problema apresentado, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa. A entrevista aplicada aos professores foi elaborada a fim de compreender a relação do professor com as dificuldades em relação à prática da educação inclusiva. Como estratégia metodológica, foi feita uma análise das respostas obtidas. Sendo assim, os professores registraram ainda não possuírem algumas habilidades para o gerenciamento dos obstáculos encontrados no cotidiano da sala de aula e dificuldade em diferenciar o ensino para alunos com necessidades educacionais especiais. Com base na pesquisa torna-se evidente que a falta de formação prejudica o sucesso da inclusão.

Palavras chave: formação de professores; educação especial; inclusão.

## **ABSTRACT**

Article Specialization

Specialization Course in Special Education - Cognitive Impairment and Deaf  
Education

Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

## **TEACHER TRAINING FOR INCLUSIVE EDUCATION**

AUTHOR: KÁTIA ROSANE MACHADO

ORIENTING: FABIANE ROMANO DE SOUZA BRIDI

ENCRUZILHADA DO SUL – RS

The inclusion of education has been going without a systematic planning that goes far beyond the classroom. Have you forgotten that the paradigm of inclusion that defines educational schools need to be rethought and reorganized in order to accommodate all aspects of human diversity. Normally we are used and were prepared to work with students called "normal", the inclusion of these students in regular education consists of a curriculum change in the base giving opportunities throughout the educational process, such as the use of aid and special services generally available in the school routine. This research aims to identify the difficulties encountered by teachers in order to develop an inclusive education. For that an interview was conducted with four teachers working with students included, the final grades of elementary education in state schools. In the search for answers to the problem presented, we developed a qualitative research. The interview was applied to the teachers developed to understand the relationship of the teacher with the difficulties regarding the practice of inclusive education. As a methodological strategy, an analysis was made of the responses. Thus, teachers have not yet registered some skills to manage the obstacles encountered in everyday classroom and difficulty in differentiating instruction for students with special educational needs. Based on research, it becomes apparent that the lack of training undermines the success of inclusion.

Keywords: teacher training, special education, inclusion.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO</b> .....	10
<b>2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b> .....	11
2.1 Processos Históricos da Educação Inclusiva no Brasil.....	14
2.2 Explorando a Legislação.....	16
2.3 Formação dos Profissionais para Atender à Diversidade .....	19
2.4 Níveis de Formação.....	24
2.4.1 Formação Inicial .....	24
2.4.2 Formação Continuada .....	26
<b>3. ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	28
<b>CONCLUSÃO</b> .....	31
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	33
<b>ANEXOS</b> .....	35
<b>Anexo A</b> - Entrevista semi-estruturada aplicada aos participantes.....	35
<b>Anexo B</b> – Atestado de autorização e realização da pesquisa na escola ....	36

## INTRODUÇÃO

A educação, na maioria das vezes, pautou-se por uma organização baseada na ignorância das mais diversas características que definem condições e possibilidades de cada um em relação à aprendizagem, ao desenvolvimento da inteligência e das capacidades pessoais, tratando, na educação tradicional, desiguais de forma igual.

A evolução histórica das questões educacionais consta de um longo caminho na busca de políticas públicas voltadas para o atendimento das especificidades de cada indivíduo, especialmente daquele muitas vezes estigmatizado, vítima do preconceito social, rotulado e excluído pela condição pessoal de ser diferente.

A prática da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino tem assumido uma importante posição nos debates educacionais. Eu em particular, já tive um educando com necessidades educacionais especiais, motivo este que me levou a busca por aperfeiçoamento para assim conseguir atender às necessidades destes educandos e, conseqüentemente, realizar uma educação inclusiva.

A falta de formação adequada do corpo docente das escolas da rede pública sobre as especificidades do processo de ensino e de aprendizagem dos educandos com necessidades educacionais especiais tem sido apontada como um dos principais obstáculos para a efetivação da inclusão escolar.

Nessa perspectiva, me questiono sobre qual a formação específica dos professores para trabalhar com os educandos com necessidades educacionais especiais na Escola Estadual de Educação Básica Borges de Medeiros e construir uma educação inclusiva na rede estadual de ensino em Encruzilhada do Sul?

Neste sentido, o presente artigo monográfico tem como objetivo identificar as principais dificuldades encontradas pelos professores das séries finais do ensino

fundamental, na construção de sua prática pedagógica com educandos em situação de inclusão. Partindo deste pressuposto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os professores que tem ou já tiveram educandos incluídos em suas turmas. A análise dos dados coletados foi realizada sob a visão das teorias e concepções sobre o tema.

Para a construção deste artigo monográfico foram utilizadas como bases teóricas sobre a formação de professores autores como: Sanches (1995), Mazzota (1993), Gonzálles (2002), Carvalho (2000). No que se refere a inclusão escolar, sua importância e viabilidade foram utilizados os autores, Adiron (2010), Antunes (2010), Bridi (2010), Dota (2010), Dotti (2008), Sasaki (2008), de grande relevância para o desenvolvimento desta pesquisa. As bases legais estudadas foram: Resolução CNE/CEB 04/2009 que institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96).

A inclusão de educandos com deficiência vem ganhando espaço no interior das escolas e das redes de ensino. Entretanto, será que o professor de ensino regular está apto para trabalhar com este tipo de educando? E como deverá ser a formação do professor a fim de suprir as necessidades educacionais especiais destes educandos? O ambiente escolar tem condições para receber educandos que tem necessidades educacionais especiais?

Nos últimos anos, se observa um aumento considerável nos dispositivos legais, em relação à educação especial, na forma de leis, decretos e portarias. Nesse sentido, a própria LDB 9.394/96, no capítulo V, afirma, em seu artigo 58, que a educação de pessoas com deficiência deve acontecer, preferencialmente, na rede regular de ensino. Entretanto, o cumprimento do dispositivo legal não é suficiente para que estes educandos realmente tenham uma educação inclusiva. A escola precisa estar preparada e os recursos humanos que nela atuam, capacitados para atender às necessidades deste alunado.

## **1. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO**

A presente pesquisa se caracteriza como uma investigação qualitativa. Segundo Godoy (1995, p.58) uma pesquisa qualitativa tem caráter descritivo onde o ambiente é considerado como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento chave, o processo é o foco principal de abordagem e não o produto, a análise de dados é realizada de forma intuitiva e indutiva pelo pesquisador e a pesquisa não utiliza técnicas e métodos estatísticos.

Na realização da pesquisa, houve a preocupação em compreender os desafios enfrentados pelos professores das séries finais da Escola de Educação Básica Borges de Medeiros. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com quatro professores que têm ou já tiveram educandos incluídos nas suas turmas. As perguntas foram elaboradas no formato de entrevista semi-estruturada, considerando os aspectos importantes para a compreensão das dificuldades vivenciadas pelo professor na construção do trabalho pedagógico com os educandos em situação de inclusão. O material coletado foi posteriormente analisado, objetivando conhecer e compreender as dificuldades e implicações relatadas pelos professores quanto à inclusão dos educandos com necessidades educacionais especiais.

## 2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Referir-se ao tema Educação Inclusiva se faz necessário examiná-la sob a ótica de novos paradigmas, através de um olhar abrangente e profundamente comprometido com o respeito à diversidade.

Segundo Antunes (2008, p.2)

[...] o paradigma da inclusão preconiza não só a inclusão dos portadores de deficiências, mas de TODOS, independentemente de suas condições existenciais [...]. No que compete à educação inclusiva, a escola deve ser concebida como um espaço aberto à diversidade, livre de pré-conceitos acerca dos seus alunos. A inclusão deve constituir-se numa via de mão-dupla, num processo bilateral, em que as pessoas excluídas e a sociedade buscam juntas maneiras de solucionar ou, pelo menos, minorar os problemas enfrentados por tais pessoas. Importa destacar que a educação inclusiva não se configura numa ação exclusiva da educação especial, mas sim da escola regular. Esta deve ser transformada em sua totalidade para que possa oferecer um ensino de qualidade para todos os que nela se encontram.

As políticas educacionais atuais têm como princípio a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº. 93949/96. Este processo de inclusão gera uma exigência de transformação da escola, tal como a adaptação das escolas de acordo com as necessidades destes alunos, exigindo também uma ruptura com o modelo tradicional de ensino.

A proposta para a educação inclusiva baseia-se na adaptação curricular que ofereça suporte tanto para o professor, quanto ao educando com necessidades especiais.

Para Sasaki (1997 p.41) inclusão é

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir. Incluir é trocar,

entender, respeitar, seus papéis na sociedade. (...) valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da via.

Com base neste pressuposto as escolas devem estar preparadas para atender a todos os alunos, independentes de suas diferenças.

Referir-se a inclusão implica em pensar na diversidade e reconhecer que ela existe em nossas escolas. Essa diversidade implica na forma de pensar, de atuar e de fazer educação, onde cada país, com base na própria realidade e história, deve definir suas políticas públicas.

A educação inclusiva encontra dificuldades de ser colocada em prática, levando-se em consideração que, com freqüência, é reduzida a uma inserção física dos educandos com deficiência, sem contemplar o atendimento de que necessitam para que na escola permaneçam e tenham significativo aproveitamento nas classes regulares.

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum ou válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isso sem indesejados estigmas. Ao contrário, pondo em andamento, na comunidade escolar, uma conscientização crescente dos direitos de cada um. (SANCHES apud BEYER, 2006, p.76)

A política educacional do nosso país assegura um conjunto de recursos e serviços especiais para a Educação Especial, que tem como objetivo a inserção do educando com necessidades educacionais especiais nos ambientes social, cultural e escolar.

É relevante compreender a inclusão dos educandos com necessidades especiais em classes comuns, contemplando a troca de experiências entre os profissionais da educação como importante suporte para o desenvolvimento de

novas e diferenciadas maneiras para desenvolver a aprendizagem desses educandos, compreendendo a educação como um processo coletivo, repensando as metodologias de ensino e o currículo escolar.

Pensar em inclusão escolar implica em pensar sobre o aspecto da garantia de acesso à educação, envolvendo ações, projetos, metodologias e espaços para que os educandos desenvolvam sua autonomia.

É relevante o reconhecimento da importância da diversidade humana, como bem social, valorizando as diferenças.

A realidade das nossas escolas muitas vezes não condiz com a legislação, pois há situações nas quais as turmas possuem educandos incluídos em classes com mais de 30 alunos, onde o professor não possui formação adequada e nem intérpretes quando necessário, podendo ser caracterizada como uma “inclusão de fachada”.

Não basta assegurar o direito à inclusão, é preciso assegurar a inclusão, ir além do discurso sobre a inclusão que defende o acesso e a permanência dos educandos da educação especial nas escolas comuns de ensino.

É indispensável respeitar o ritmo de cada criança, a cultura de origem de cada uma delas, o seu repertório de linguagens porque afinal, todos somos seres únicos. Entretanto, a forma como muitas escolas estão organizadas não permite dar resposta efetiva aos educandos incluídos. Muitos destes educandos completam a escolaridade básica sem aproveitamento escolar desejável.

Todos têm direito de frequentar as escolas comuns e delas participar. Contudo, as escolas devem garantir aos educandos condições para que as diferenças sejam respeitadas sem inferiorizar, excluir ou discriminar.

Contudo, algumas escolas ainda resistem às mudanças exigidas com abertura incondicional às diferenças, muitas vezes esquivam-se dos desafios que

levam professores a reverem e a recriarem suas práticas, bem como, a entenderem as novas possibilidades educativas trazidas pela inclusão.

É urgente e necessário um ensino que atenda a todos os educandos nas suas diferenças e especificidades. Para tanto, a escola que se diz inclusiva e acolhedora das diferenças deve ser flexível, o que não implica em facilitar e rebaixar a qualidade do ensino.

Quando falamos de uma sociedade inclusiva, pensamos naquela que valoriza a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais. É dentro dela que aprendemos a conviver, contribuir e construir juntos um mundo de oportunidades reais (não obrigatoriamente iguais) para todos. (MELERO apud ADIRON, 2004, p.1)

A educação inclusiva no Brasil teve seu grande impulso a partir dos anos 90. Este processo foi e é marcado pela defesa do respeito as características singulares dos indivíduos frente ao processo escolar e pedagógico, impulsionado pela necessidade de um currículo amplo, flexível, diversificado e adaptado as diferenças sociais, culturais e individuais.

## **2.1 Processos Históricos da Educação Inclusiva no Brasil**

A Educação Especial no Brasil , nas décadas de 60 e 70 foi caracterizada pelo atendimento aos educandos com necessidades especiais realizado em instituições de caráter assistencialista e onde prevalecia uma política de “favor”, como referem Dota e Alves (2008).

Em 1973 foi criado o Conselho Nacional de Educação Especial, junto ao Ministério da Educação e no final da década de 70, os primeiros cursos de formação de professores na área da Educação Especial.

Nessa perspectiva, mesmo reconhecendo que historicamente a educação como um todo foi relegada a um segundo plano no país, se pode afirmar que avanços significativos ocorreram em relação à educação especial.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção da Guatemala (1999) foram grandes influenciadores para a elaboração das políticas públicas no Brasil.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas da Aprendizagem, resultante da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien na Tailândia, destaca a importância da aprendizagem, sua atenção aos educandos, combatendo a discriminação, promovendo um atendimento básico das necessidades de aprendizagem a todos, inclusive os educandos com deficiências.

Nesse sentido a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), declarou que

Nós, os participantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, reafirmamos o direito de todos à educação. Este é o fundamento de nossa determinação individual e coletiva - assegurar educação para todos. Comprometemo-nos em cooperar, no âmbito da nossa esfera de responsabilidades, tomando todas as medidas necessárias à consecução dos objetivos de educação para todos. Juntos, apelamos aos governos, às organizações interessadas e aos indivíduos, para que se somem a este urgente empreendimento. As necessidades básicas de aprendizagem para todos podem e devem ser satisfeitas. Não há modo mais significativo do que este para iniciar o Ano Internacional da Alfabetização e avançar rumo às metas da Década das Nações Unidas para os Portadores de Deficiências. (1990, p.13)

Em 1994, em Salamanca, na Espanha, após a “Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade” foi elaborado um documento mundialmente conhecido como “Declaração de Salamanca”, com o qual o Brasil comprometeu-se em difundir e implementar seus objetivos. Esta declaração adota linhas de ação voltadas à área da educação especial, na qual as escolas devem acolher

todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Crianças, jovens e adultos, cujas necessidades têm origem na deficiência ou em dificuldades cognitivas, são considerados portadores de necessidades educacionais especiais e devem ser incluídas em programas educacionais previstos para todos os educandos, mesmo aqueles que apresentam desvantagem severa. A escola inclusiva (*escola que deve acomodar todas as crianças independentemente de suas condições intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras*), deve promover uma educação de alta qualidade a todos os educandos [...] (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.11)

A Convenção da Guatemala (1999) prevê a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e a sua integração plena à sociedade. A referida convenção cobra o compromisso dos Estados-Parte em elaborar uma legislação necessária para combater a discriminação, fornecer bens e serviços, tais como emprego, transporte, comunicação, lazer, educação, acesso à justiça, entre outros, às pessoas com necessidades especiais.

De todos os documentos acima referidos e das leis e resoluções nacionais sobre o tema, depreende-se, unanimemente, a necessidade de respeito à diversidade, de tratamento às desigualdades sob a ótica da compreensão, do comprometimento social, político e cultural das demandas presentes na vida de todos os indivíduos.

## **2.2 Explorando a Legislação**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – (LDB 9394/96), em relação à Educação Especial, em seu capítulo V, art.59, assegura àqueles com necessidades especiais:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para corresponder às suas necessidades;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do Ensino Regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Assegura ainda que:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso significativo quanto à idade regular de matrícula e os superdotados recebem tratamento especial, conforme as normas específicas dos respectivos sistemas de ensino.

Sobre o atendimento de alunos com necessidades especiais Bridi ( 2009), diz que

O atendimento educacional especializado, no contexto da nova política, acaba por se configurar como espaço privilegiado da educação especial e de responsabilidade da mesma. Destaca-se o caráter complementar e suplementar deste atendimento (e não mais substitutivo), a natureza das atividades que se diferenciam das realizadas em sala de aula e a articulação deste atendimento com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRIDI, 2009, p.10 )

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), temos:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (...) Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2008, p. 16).

A Resolução nº. 4, no artigo 4 (Brasil, 2009, p.1-2) estabelece que o público-alvo do Atendimento Educacional Especializado seja:

- I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
- II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno

desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009, p. 1)

Em relação ao aspecto institucional, é necessário ainda que a oferta de Atendimento Educacional Especializado – AEE faça parte do Projeto Pedagógico da escola, prevendo em sua organização todos os aspectos inerentes ao desenvolvimento desse atendimento especializado, tais como: salas multifuncionais (material, equipamentos, espaço físico adequado, etc.), professor habilitado para o exercício da docência, profissionais da educação (tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais), guia-intérprete, aqueles que atuam em atividades de apoio, entre outros.

Além disso, é importante enfatizar a obrigatoriedade da oferta do AEE pelas redes de ensino, em turno inverso ao que o educando frequenta a classe comum, preferencialmente na própria escola em que está matriculado ou em centros especializados que realizem o atendimento educacional.

O atendimento educacional especializado se apresenta como uma política pública na implementação e organização dos serviços em educação especial. Neste sentido, tem caracterizado e delineado tanto os serviços como os sujeitos da educação especial que são atendidos neste espaço.

Em relação ao profissional para Atendimento Educacional Especializado, também a Resolução CNE/CEB 04/2009, preconiza que:

Art. 12. Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial.

A normatização legal existe e assegura aos alunos especiais toda uma gama de recursos que lhes favoreçam a aprendizagem, a inclusão e o seu pleno desenvolvimento dentro de suas peculiaridades. O embasamento legal abrange os aspectos curriculares, metodológicos, instrumentais e de formação profissional, entre outros.

Os dispositivos legais são relevantes para estabelecer os direitos, entretanto, a sociedade precisa incorporar novas formas de perceber e exercer os direitos de inclusão, que vão além dos sujeitos com deficiência.

Em relação ao AEE, a Escola Estadual de Educação Básica Borges de Medeiros, adequando-se à legislação, desenvolve trabalho com educandos incluídos, tendo em seu corpo docente professores habilitados para atendimento a essa clientela, intérprete de Língua Brasileira de Sinais, Sala de Recursos e espaço adequado às normas de acessibilidade.

O assunto inclusão é de suma importância para nossa sociedade, mas ao mesmo tempo, muito difícil de ser abordado, pois requer mudança de atitude. Aceitar a inclusão é, antes de tudo, aceitar que vivemos em uma sociedade onde as diferenças são reais e devem ser respeitadas.

### **2.3 Formação dos Profissionais para Atender à Diversidade**

É possível e necessário produzir um ensino adequado aos déficits que os sujeitos apresentam. Não se pode ignorar as dimensões internas e externas que influenciam no desenvolvimento do aluno.

Os professores devem desenvolver métodos de trabalho e estratégias de ensino específicas para a aprendizagem dos indivíduos com necessidades educacionais especiais para um melhor aproveitamento dos recursos e atenção às particularidades dos alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), destaca a importância de promover-se a inclusão escolar e os sistemas educacionais (federais, estaduais, municipais e privados) têm registrado um crescimento de matrículas em classes inclusivas. Contudo, equivocadamente, se tem compreendido por educandos com necessidades especiais, apenas alunos que possuem algum tipo de “deficiência”, e que são atendidos pelo sistema de educação especial. Entretanto, a inclusão educacional implica na construção de uma escola de qualidade para todos os educandos, reconhecendo e atendendo o educando em suas as necessidades individuais. A terminologia necessidades educacionais especiais pode, portanto, ser atribuída a diferentes grupos de educandos.

No Brasil ainda existe certa carência no que se refere à formação de professores para uma educação inclusiva, poucos cursos dispõem de disciplinas voltadas para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.

De acordo com a Portaria Ministerial do MEC nº 1793 de 1994, § 2º do artigo 24 do Decreto nº 3298, 20 de Dezembro de 1999, é recomendada a inclusão da disciplina Aspectos Ético-político-educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais prioritariamente em todos os cursos de licenciatura.

É preocupante a situação de modo geral, pois os cursos de licenciatura não estão preparados para formar professores a fim de desenvolver uma educação inclusiva.

Parece-nos que o desenvolvimento de disciplinas específicas nos cursos de formação direcionadas ao atendimento dos alunos com necessidades especiais, encontram-se aquém das expectativas dos professores e, fato recorrente no cotidiano escolar, a formação continuada é desarticulada das práticas pedagógicas. Há por parte dos professores entrevistados neste trabalho, a referência ao fato de que não têm cursos de formação e que “a supervisão apenas repassa o material encontrado em revistas e documentários aos professores”.

Depreende-se de tais informações a necessidade de desenvolvimento de projetos de formação continuada articulados com o desenvolvimento da prática docente, projetos construídos a partir das necessidades de toda a escola e de cada turma em particular.

Constata-se que muitos alunos com necessidades educacionais especiais, matriculados em turmas regulares, encontram diversas barreiras, tanto na comunicação quanto em relação à metodologia utilizada pelos professores. Tais problemas remetem à necessidade de formação adequada dos professores.

Para atuar na perspectiva inclusiva, os professores devem estar em constante reflexão, os questionamentos devem ser permanentes, a fim de rever suas práticas pedagógicas e educativas.

Compartilhar idéias e experiências é fundamental para a formação continuada dos profissionais da educação, onde exista uma ação que vise ampliar as competências, e com isso desenvolver as potencialidades destes professores.

Sanches (1995, p.15) citando o Relatório de Warnock (1978) esclarece que

ter necessidades educativas especiais é precisar de um complemento educativo adicional e/ ou diferente daquele que é normalmente praticado nas escolas do ensino regular. A educação especial surge como um conjunto dos processos utilizados para responder a essas mesmas necessidades educativas.

Nessa perspectiva de transformação e atualização da educação, não cabe apenas ao professor buscar melhorar suas práticas, a escola enquanto contexto onde o professor está inserido, também deve sofrer alterações.

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino implica em ter uma resposta organizada de acordo com tais necessidades. É de competência da escola, organizar tais respostas contando com os serviços de apoio da educação especial.

Esta inclusão exige grande diversidade de recursos que instrumentalizem o professor para o desenvolvimento de uma prática transformadora, inclusiva e em sintonia com as expectativas de um novo projeto educacional.

O professor de educação especial é fundamental para auxiliar os professores do ensino regular, agindo como consultor, agente formador e atuando no trabalho pedagógico com os alunos incluídos na rede regular de ensino.

A formação dos professores é de grande relevância diante da diversidade de necessidades educacionais especiais que atualmente nos deparamos nas escolas. Como é da competência do professor compreender toda a gama de relações que envolvem a educação e a instituição em que atua para, através desse conhecimento, ser mais capaz de planejar as diversas situações de aprendizagem que os educandos apresentarem e, realizar adaptações curriculares que se fizerem necessárias. (CARVALHO, 2004)

Para desenvolver uma escola inclusiva, além de responder à diversidade, as escolas e seus professores devem buscar estratégias que ajudem todos os alunos a desenvolver suas habilidades, sendo necessário também, que aos professores sejam ofertadas condições adequadas para desenvolver um bom trabalho.

De acordo com Marcelo (1994), citado por Gonzáles (2002), uma série de orientações conceituais influenciou a formação dos professores, em particular, no que tange à educação especial

- Orientação prática: A educação especial seria considerada um trabalho artesanal. A aprendizagem é produzida como resultado da experiência e da observação do profissional, destacando-se como principal estratégia formativa a aprendizagem obtida na prática.
- Orientação acadêmica: Na educação especial, essa tendência formativa é usada quando se concebe os profissionais como especialistas eruditos de um conhecimento.
- Orientação tecnológica: O professor domina o conhecimento científico, produzido por outros e transformado em regras de atuação.
- Orientação personalista: aprender é um processo de transformação e desenvolvimento pessoal.
- Orientação social reconstrucionista: Propõe uma orientação crítica que conceda a reflexão como instrumento de aprendizagem (GONZÁLES, 2002, p.242 e 243)

A citação acima referida retrata as diferentes orientações; entretanto, nenhuma delas, individualmente, abrange em sua totalidade a complexidade da formação de professores em Educação Especial.

As orientações prática, acadêmica, tecnológica e personalista restringem os aspectos considerados na produção do conhecimento dos profissionais da educação, limitando-se a focalizar pontos exclusivos no processo.

A orientação social reconstrucionista, com a proposta crítico-reflexiva, aponta para um novo olhar sobre nosso papel enquanto professores, nos faz refletir sobre a forma com que nossos alunos aprendem e, partindo desse ponto, organizar estratégias de ensino significativas, fundamentais para a aprendizagem.

O perfil do docente desejável é o do profissional capaz de analisar o contexto em que se desenvolve sua atividade e de planejá-la, de dar resposta a uma sociedade em mudança, de combinar um ensino para todos na etapa da educação obrigatória, com as diferenças individuais, de modo que sejam superadas as desigualdades, mas, ao mesmo tempo, que seja estimulada a diversidade latente nos sujeitos.

Gonzáles (2002, p.243) com base na Reforma Educacional de 1989 destaca no professor o perfil de

\* organizador da interação de cada aluno com o objeto do conhecimento.

\* [...] educar como uma mediação para que toda a atividade realizada seja significativa e estimule o potencial de cada um dos alunos num trabalho cooperativo.

\* O professor deve ser aquele que concebe e ativa o valor funcional da aprendizagem da cultura para a vida cotidiana do aluno.

\* Deve ser capaz de reproduzir uma tradição cultural, mas também de gerar contradições e promover alternativas; de facilitar aos alunos a integração de todas as ofertas de formação internas e externas à sala de aula; de projetar e organizar trabalhos disciplinares e interdisciplinares; de colaborar com o mundo exterior à escola, fazendo da experiência educativa uma experiência individual e, ao mesmo tempo, socializadora.

Espera-se que o professor preparado para atuar diante da diversidade, seja capaz de incorporar as demandas sociais dos diferentes alunos e da família,

obtendo, dessa forma, o equilíbrio entre a orientação, ajuda e compreensão de todos os alunos e a atenção às suas diferenças individuais, conforme lembra Gonzáles (2002).

## **2.4. Níveis de Formação**

### **2.4.1 Formação Inicial**

A formação inicial é a base, o primeiro passo, ela não está acabada, é um processo longo e contínuo. Os formadores de professores devem despertar nos futuros educadores idéias e valores que proporcionem mudanças na prática educativa.

Diante das situações de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas salas regulares, muitos professores encontram-se ansiosos e angustiados perante a complexidade da situação, manifestando a falta de experiência e preparação básica para desenvolver seu trabalho.

Sob essa perspectiva, a formação inicial deve incluir conhecimentos e habilidades para trabalhar a diversidade dos educandos.

Os professores entrevistados destacaram que é prioridade o interesse, a responsabilidade, a dedicação por parte dos mesmos, sendo fundamental “não apenas saber o conteúdo, mas colocar emoção em tudo o que se faz”.

Segundo Imbernóm (1997, p.61) citado por Gonzáles (2002, p.245):

A nova formação deveria girar sobre o eixo: a relação teoria-prática educativa. A formação não deveria realizar a tarefa tradicional de transmitir o “conhecimento subjetivo”, assumindo um compromisso que vai além do meramente disciplinar e técnico para afetar os âmbitos pessoal, cooperativo e social.

No processo de formação de professores atualmente ainda existe um distanciamento entre professores do ensino comum e os professores da educação especial, o que leva à reflexão sobre o tipo de formação dos futuros profissionais.

Em muitas situações os professores só receberam informações teóricas sobre os educandos com necessidades educacionais especiais e, hoje, encontram dificuldades na prática quando se encontrarem com eles nas salas de aula.

No presente trabalho, dois professores descrevem sobre a falta de formação e metodologias específicas para trabalhar com os sujeitos com necessidades educacionais especiais, os outros dois declaram que enfrentam dificuldades também em relação à diferença de idade entre os alunos, pois a escola inclusiva atende a todos, independente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas e outras.

Sobre as diferenças encontradas na escola, especialmente as relacionadas a aprendizagem dos educandos, Correia (1999, p. 123) afirma que é fundamental que a escola, além de se estruturar fisicamente, promova adaptações em seu currículo, criando uma *“estrutura dinâmica que torne possível a criação de situações educativas específicas e a adequada adaptação do tempo e dos espaços”*. De acordo com esse pensamento, em que se respeitam os princípios inclusivos, se pode vislumbrar a permanência e apropriação dos educandos especiais em todos os recintos e atividades escolares pois seus educadores estarão mãos conscientes das reais necessidades dos educandos e daquilo que podem e devem fazer para mediar a construção do conhecimento e promoção da autonomia.

Por conseguinte, os cursos de formação de professores devem ter como objetivo formar os futuros profissionais capazes de educar na diversidade, promovendo e facilitando o uso de metodologias e estratégias didáticas, profissionais crítico-reflexivos que trabalhem tanto individual como coletivamente.

O currículo para a formação de professores de educação especial busca um referencial teórico comum para várias áreas da educação especial.

## 2.4.2 Formação Continuada

A formação continuada dos professores é fundamental, não apenas em se tratando da educação especial, mas também da educação de modo geral, o desenvolvimento profissional depende da formação inicial que é a base para atender as necessidades da prática educativa, que estão em constante aperfeiçoamento.

Para os profissionais da educação envolvidos no processo de inclusão é de grande importância a participação em cursos, seminários, jornadas e oficinas, cursos de formação onde haja trocas de experiências.

Segundo Parrila (1992) citado por Gonzáles (2002, p.253), o sentido da formação permanente pode responder a uma função tripla:

- Função de especialização: dirigida a professores que se especializam na atenção a alunos com necessidades educativas especiais.
- Função de atualização de conhecimentos: dirigida à melhoria e atualização dos conhecimentos dos professores nas questões mais relevantes da educação especial.
- Função de aprofundamento e desenvolvimento: dirigida a professores de educação especial, de apoio e profissionais não-docentes vinculados à integração (assessores, membros de equipes psicopedagógicas, etc.), interessados no grau superior de especialização.

Entre as ações importantes na formação dos profissionais da educação, Hípola, 1996, citado por Gonzáles (2002, p. 258), sugere que o professor deve:

- Observar e refletir sobre a própria prática e a de seus colegas. Auto-avaliação e reflexão compartilhada.
- Avaliar criticamente, não só o processo educativo como a sua própria atuação como docente.
- Inovar e investigar, buscando respostas adequadas às demandas e necessidades dos alunos, às suas necessidades profissionais e às necessidades da escola como instituição aberta à inovação e à mudança.
- Trabalhar em equipe. Entendendo equipe como o elemento nuclear para o desenvolvimento profissional baseado na colaboração e na cooperação.
- Criar e promover atitudes positivas para a diversidade.

As considerações sobre todas as questões referentes à Educação Inclusiva, o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assinalam para a necessidade de formação adequada dos professores, mudanças metodológicas, revitalização dos espaços pedagógicos, atualização permanente e avaliação crítica do trabalho desenvolvido, buscando respostas adequadas às demandas presentes no cotidiano da sala de aula.

### 3. Análise dos Dados

Com base nas entrevistas realizadas se conheceu as concepções dos professores frente à proposta inclusiva e processos de formação de professores para atuarem numa escola inclusiva.

Na primeira pergunta questiona os professores sobre o que é uma escola inclusiva. Nessa perspectiva, todos os entrevistados concordam que escola inclusiva é aquela que oportuniza aos alunos uma educação que promova a sua formação humana, reconhecendo-os como sujeitos culturais e seres em desenvolvimento.

Ao serem questionados sobre a oferta de formação continuada em serviço, para professores de educandos especiais, os participantes da pesquisa foram unânimes em colocar a falta de oferta sistemática de formação em serviço mas, enfatizam que a supervisão da escola repassa material encontrado em revistas e documentários, aos professores.

Sobre a formação acadêmica e o trabalho pedagógico com os alunos incluídos três professores disseram que no decorrer da graduação não tiveram formação específica para trabalhar com educandos deficientes e, apenas uma professora formada em 2006, disse que teve disciplinas referentes a educação especial.

Consideram como pontos importantes da formação para atuar com os alunos incluídos, o interesse, a responsabilidade, a dedicação sendo fundamental não apenas saber o conteúdo, mas colocar emoção em tudo que fazem. É necessária uma boa formação e também, o estudo da vida dos educandos e reestruturação educacional. As considerações dos entrevistados convergem ao pensamento de Gonzáles (2002, p. 243) em que o perfil desejável do professor é o de ser “*organizador da interação de cada aluno com o objeto do conhecimento*”.

Questionados sobre as dificuldades em trabalhar na escola inclusiva dois professores apontam a falta de formação e metodologias específicas para trabalhar com educandos especiais. Os outros dois declaram que enfrentam dificuldades também em relação a diferenças de idade, pois a escola inclusiva atende a todos os alunos, independente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, lingüísticas e outras. Analisando as dificuldades apontadas pelos entrevistados pelo viés das políticas inclusivas encontramos, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.5), a educação inclusiva como um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. E, pela Constituição Federal de 1988, artigo 3º, inciso IV um dos seus objetivos fundamentais é *“promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”*

Sobre o processo de aquisição do conhecimento do alunado da educação especial em relação aos demais educandos, todos os professores concordam que o processo de aquisição do conhecimento do educando especial é diferente. Em primeiro lugar o professor tem que identificar as formas deste educando aprender, seu desenvolvimento e aprendizagem. Nesse sentido, é importante que o professor reveja sua prática pedagógica, desempenhando um papel “mediador” dessa aprendizagem, adaptando as atividades às possibilidades desses educandos.

Quanto ao contato do educando especial com os ditos “normais”, quanto à aquisição de conhecimentos e desenvolvimento cognitivo todos os professores concordam que o educando “especial” em contato com os educandos ditos “normais” tem mais oportunidades de adquirir conhecimento e desenvolver-se mais cognitivamente, pois através das relações entre os diferentes as etapas do processo de aprendizagem são facilitadas. A Política Nacional para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p. 3) diz que, o movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em

defesa do direito de todos os educandos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

A escola, voltada para a informação e formação é o meio mais eficaz e favorável à construção de um ambiente saudável, acolhedor, onde todos fazem parte do mesmo processo educacional a partir do respeito às individualidades e como um membro valorizado, pois a educação se processa através do contato e troca de experiências.

Quanto às dificuldades e facilidades enfrentadas durante o processo de inclusão do educando com deficiência na sala de aula alguns professores destacam a falta de informação, outros colocam que à medida que a criança cresce, as diferenças tornam-se maiores, aumenta a dificuldade em se fazer entender ou ser entendido. Os educadores temem os desapontamentos que podem experimentar se falharem e destacam que o maior obstáculo está dentro de nós mesmos. Já, nos processos facilitadores ressaltam a convivência, os hábitos, o conviver socialmente que com certeza contribui e soma ao desenvolvimento deste processo de inclusão.

A partir das respostas obtidas nesta entrevista de cunho semi-estrutural, pode-se constatar que a falta de preparação enfrentada pelos professores é um problema crucial, tendo em vista que a grande maioria relata não sentir-se preparada para incluir educandos com deficiência.

Registram ainda não possuírem algumas habilidades para o gerenciamento dos obstáculos encontradas no cotidiano da sala de aula e dificuldade em diferenciar o ensino para educandos especiais. Tais situações se configuram em um grande desafio.

## CONCLUSÃO

Esse estudo teve como objetivo analisar as dificuldades encontradas pelos professores na construção de uma prática inclusiva, tendo como unidade de estudo a Escola de Educação Básica Borges de Medeiros, e como público-alvo professores das séries finais do ensino fundamental que tiveram ou têm educandos incluídos na classe regular de ensino.

Todos os professores entrevistados concordam que a escola inclusiva é aquela que oportuniza aos alunos uma educação que promova a sua formação humana, reconhecendo-os como sujeitos culturais e seres em desenvolvimento.

Em relação a cursos de formação os professores ressaltam que não os possuem, entretanto enfatizam que a supervisão repassa o material encontrado em revistas e documentários, além da realização de seminários.

A partir das respostas obtidas através de entrevista semi-estruturada, pode-se constatar que a falta de preparo enfrentada pelos professores é um problema crucial, tendo em vista que a grande maioria relata não sentir-se preparada para incluir alunos com necessidades educacionais especiais.

Registram ainda não possuírem algumas habilidades para o gerenciamento dos obstáculos encontradas no cotidiano da sala de aula e dificuldade em diferenciar o ensino para alunos com necessidades especiais.e que tais situações configuram-se em um grande desafio.

A inclusão escolar é muito relevante, e para que ela se concretize, é indispensável, além de acolher todos os alunos, ir além do discurso, pôr em prática ações inclusivas, removendo as barreiras para a aprendizagem.

Uma das ações relatadas pelos professores que participaram desta pesquisa é a de que o professor tem que identificar as formas de o aluno aprender e o tempo

de aprendizagem de cada um. É importante que o professor reveja sua prática pedagógica, desempenhando um papel “mediador” nessa aprendizagem; adaptando as atividades para que os alunos superem suas dificuldades.

Em relação à Educação Inclusiva, a Escola Estadual de Educação Básica Borges de Medeiros demonstra que sempre esteve empenhada em promovê-la e contribui para a formação continuada de seus professores; além disso, desenvolve atividades com classes especiais para surdos e também trabalha com educandos com necessidades educacionais especiais em sala de recurso.

Em relação aos aspectos legais, conclui-se que não basta o dispositivo legal, separado de seu efeito social pois ele somente se consolidará na medida em que seja compreendido em sua essência.

Será preciso um novo olhar sobre a escola, redimensionando as prioridades, estabelecendo mudanças metodológicas significativas, fazendo uma releitura dos conceitos até então considerados definitivos, direcionando as ações para a concretização de uma efetiva diversificação das aprendizagens, que tenham por referência uma política de direitos humanos, com a garantia de oportunidades educacionais e de realização pessoal para todos.

Enfim, este estudo evidencia a complexidade e a abrangência do tema, sendo por isso impossível encerrá-lo nas dimensões desse estudo, sugerindo-se que outras pesquisas sejam feitas.

## REFERÊNCIAS

ADIRON, F. *O que é Inclusão?* 2004. Disponível em: <http://saci.org.br/modulo=akemi&parametro=11531>. Acesso em 25 mai.2010.

ANTUNES, K.C.V. *Uma Leitura Crítica do Espaço Escolar à Luz do Paradigma da Inclusão*, 2008. Disponível em: [www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br](http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br)  
Acesso em 20 mai.2010.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do*. DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Leis das Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 9.394/96, de 20/12/1996.  
Acesso em 04 mar.2010

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*, CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União. Brasília, 14 de Setembro de 2001.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica*, 2009. Resolução CNE/CEB 04/2009, 2009. Disponível em: <http://blogdocne.blogspot.com/2009/10/resolucao-cneceb-n-042009.html>. Acesso em 27 mai.2010

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos>. Acesso em 12 abr. 2010

\_\_\_\_\_. *Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental*, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos>  
Acesso em 16 abr.2010.

BRIDI, F. R. S. *Atendimento Educacional Especializado*. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/>. Acesso em 09 jun.2010.

CARVALHO, R. E. *Removendo barreiras para a aprendizagem*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2000.

\_\_\_\_\_. *Educação Inclusiva com os pingos nos "IS"*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.

CORREIA, L.M. *Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares*. Col.Educação Especial, Porto Alegre, Ed. Porto Editora, 1999.

UNESCO. *Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos*, 1996. Disponível em: < [http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Declaracao\\_Jomtien.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Declaracao_Jomtien.pdf) > Acesso em 26 mai.2010.

\_\_\_\_\_. *Declaração de Salamanca*,1994. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivo/salamanca.pdf>. Acesso em 16 mar.2010.

DOTTI, C. M. *Diversidade e inclusão, Reconfiguração da prática pedagógica*. Caxias do Sul/RS. EDUCS, 2008

DOTA, F.P; ALVES, D.M. *Educação Especial no Brasil: Uma Análise Histórica*,2008. Disponível em: <http://www.revista.inf.br/psicologia08/pages/resenhas/edic08-anov-revisao03.pdf> Acesso em 20 mai. 2010.

GODOY, A. S. *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GONZÁLES, J. A.T. *Bases didáticas e organizativas*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2002.

MACHADO, C.R.S. *Contribuições acerca das políticas públicas e o paradigma emergente*, 2006. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/715/1580111.pdf>. Acesso em 09 jun.2010

MAZZOTTA, M.J.S. *Trabalho docente de professores da educação especial*. São Paulo: EPU, 1993.

SANCHES, I.R. *Professores de Educação Especial*, Porto/Portugal: Porto Editora LDA, 1995.

SASSAKI, R.K. *Inclusão: Construindo uma Sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

## ANEXOS

### **Anexo A – Entrevista semi-estruturada aplicada aos participantes.**

- 1) Na sua opinião o que é uma escola inclusiva?
- 2) A sua escola oferece cursos de formação ao educador para o trabalho pedagógico com os educandos da educação especial?
- 3) Qual a sua formação, enquanto educador, para o trabalho pedagógico com os educandos incluídos?
- 4) Quais os pontos que você considera importantes na sua formação para atuar com os educandos incluídos?
- 5) Qual a sua maior dificuldade em trabalhar na escola inclusiva?
- 6) De que forma você acha que se dá o processo de aquisição o conhecimento do educando com necessidades educacionais especiais? Este processo é diferente do realizado pelos demais educandos? Se sim, qual a diferença?
- 7) Você concorda que o educando com necessidades educacionais especiais em contato com os educando ditos “normais”, tem mais oportunidades de adquirir conhecimentos e desenvolver-se mais cognitivamente? Por quê?
- 8) Cite algumas dificuldades e facilidades que você já enfrentou ou enfrenta durante o processo de inclusão do educando com deficiência na sala de aula.